



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 61

Segunda Sessão Extraordinária Julho

Reunião em 28/07/2017

Aos vinte e oito dias do mês de Julho do ano dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pela Vogal Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, na qualidade de Primeiro Secretário, e pelo Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Crsitovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Silvestre Paiva da Silva, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Paulo Alexandre Florentino Marques, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Anabela de Almeida Saraiva, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Nuno Frederico Miranda Leite, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa, declarou aberta a Segunda Sessão Extraordinária no mês de Julho.

Nesta sessão faltaram os Vogais, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Maria da Luz Nolasco Cardoso e Aida Isabel Pereira Tavares.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Maria do Rosário Lopes Carvalho, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Faltaram os Vereadores, Luís Miguel Capão Filipe, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Manuel Oliveira de Sousa, e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

De seguida, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão, da Primeira Secretária da Mesa, Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e dos Vogais Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Nuno Manuel Marques Pereira, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos, respetivamente, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Jorge Manuel

Henriques de Medeiros Greno, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, e Rita Alexandra Monteiro Baptista.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins, Antero Marques dos Santos, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta sessão por Silvestre Paiva da Silva, Miguel António Costa da Silva, e Nuno Frederico Miranda Leite, respectivamente.⁰⁰³

Os sucedâneos, na lista de candidatura, João Condinho Vargas e Paulo Jorge Coimbra Fontes, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

O Presidente da Mesa, deu conhecimento⁰⁰² de um ofício do Comandante da Corporação de Bombeiros Voluntários (Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Aveiro-Velhos), que agradece ao Presidente da Assembleia e a todos os deputados municipais o donativo feito aos Bombeiros Aveiro-Velhos.

Continuando o Presidente da Mesa leu a “*Ordem-do-Dia*” da Convocatória para esta Segunda Sessão Extraordinária.

Ponto 1 – Apreciação e votação do reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento de horticultura do Processo de Obras nº 490/1995, de José Carlos Marques, Lda;

Ponto 2 – Apreciação e votação do reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento de exploração salícola com vertente produtiva, museológica e turística do Processo de Obras nº 41/2017, de Salinário, Lda.

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 – Apreciação e votação do reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento de horticultura do Processo de Obras nº 490/1995, de José Carlos Marques, Lda;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 19/07/2017, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“Farei apenas uma única intervenção, não intervirei no segundo ponto, para dar conta de forma sumária que estes processos que nos suscitaram este nosso pedido ao Presidente da Assembleia Municipal, deste reunião extraordinária, para que as empresas possam cumprir prazos que têm nos procedimentos que têm, em desenvolvimento de licenciamento. Merecem da nossa parte de forma simples, natural, dado sermos profundos conhecedores de uma e de outra situação, quer da exploração de horticultura quer da outra exploração de natureza turística. Entendemos que são duas acções perfeitamente compatíveis com as nossas perspectivas sobre o ordenamento e utilização

do território, positivas qualquer uma delas, de modelação perfeitamente distintas. Uma delas, que é a da horticultura, está, neste momento, no âmbito do PDM, debaixo de uma condicionante do território que são as cabeceiras de linha de água que, além do mais, se extinguiram com a nova legislação. Na revisão do PDM já não há essa condicionante na utilização do território. Mas mesmo que houvesse era uma não questão até porque estamos a fazer isto, obviamente, à luz do Plano Director Municipal que está em vigor. Mais do que este reconhecimento do interesse público municipal estas duas operações são, na nossa óptica, além de interessantes para o desenvolvimento económico do nosso Município, perfeitamente compatíveis com o ordenamento do nosso território e com a forma como queremos usá-lo e geri-lo. Daí esta proposta que foi à Câmara e que foi aprovada e que aqui está perante a Assembleia Municipal com essa mesma propositura, de receber essa declaração de reconhecimento de interesse público municipal e prosseguir, porque não acaba aqui, em nenhum dos dois casos, o processo de licenciamento completo e definitivo. Ainda há passos para cumprir em qualquer um dos dois, um ligado mais à Reserva Agrícola Nacional, o outro mais ligado à Reserva Ecológica Nacional.

É de forma muito objectiva, tranquila, sumária, que trazemos estas duas propostas à Assembleia Municipal de duas entidades e de duas operações que merecem, da nossa parte, esta declaração para que o procedimento do seu licenciamento completo possa acontecer e, obviamente, a sua plena operação também aconteça. São operações que estão em curso mas que carecem de completar de forma correcta e absoluta naquilo que respeita às várias condicionantes com que cada uma delas tem que se compatibilizar de forma a que a plena condição de legalidade esteja cumprida.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁷

“A REN constitui um instrumento que serve um propósito. É um mecanismo de protecção não só da natureza, mas até dos riscos para humanidade. E é um garante também de um território sustentável. Neste município o que se tem verificado é que há sempre exceções ao ordenamento do território. E esse tipo de política, esse tipo de ação, nesse tipo de há dois problemas. Um é perguntar para que serve um plano se depois estamos a constantemente a abrir exceções – foi o caso do Hospital, foi o caso do prédio da Avenida, e agora volta-se a abrir duas novas exceções. Quantas exceções é que fazem que sejam a regra e que fazem que qualquer uma nova atividade que se lembrem ser mais vantajoso de ir contra um Plano de Ordenamento vamos continuar aqui a discutir as exceções e não a regra.

Outro problema é o da injustiça económica visto que isto constitui uma decisão administrativa, mas que altera a capacidade de construção, atribuindo-lhe um valor superior.

E quando isto acontece temos de precaver o futuro e pensar que isto é uma atividade e económica e pode ser mais tarde vendido e pode esta decisão administrativa vir a criar uma mais-valia, onde é que está assegurado o interesse municipal dessa mais-valia? Não fica do lado público fica do lado privado que pede esta alteração do solo.

Portanto no entender do bloco de esquerda essa cativação de mais-valia tem de existir e pela documentação apresentada não está assegurada.

Também é necessário explicar com clareza dentro deste processo onde é que está o “interesse público”? Para quem? O que é que do ponto de vista da população de Aveiro onde está a vantagem de alteração a este plano de ordenamento territorial? Sabemos que muitas vezes aqui nesta assembleia se usa a justificação da criação de emprego, como se

a criação de postos de trabalho não sejam para as empresas funcionarem, porque não funcionam sem trabalhadores. Não criam riqueza sem o trabalho de trabalhadores. Mas nem neste caso, que é sempre o argumento da direita para aprovar este tipo de exceções, nem sequer está assegurado o aumento de postos de trabalho. Há uma generalização de uma conjuntura que poderá haver ou não criação de emprego e o Bloco de Esquerda reitera a questão: onde é que está o interesse público neste licenciamento. Disse.”

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

“Cumprimentos à Mesa, Assembleia, colegas da comunicação social e público. Muito simplesmente esta solicitação de interesse público está devidamente fundamentado. Há condição legal para que ela aconteça e portanto nada mais a dizer que estamos aqui para aprovar e não para colocar entraves a quem quer fazer de facto algo por todos. Não só por si, mas por todos. Obrigado.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

“Senhor Presidente deixe-me dizer só uma coisa muito simples que é esta. O desenvolvimento económico do país é feito à custa das empresas que produzem riqueza. A mim custa-me um pouco ouvir argumentos permanentes acerca da apropriação de mais-valias, como se tudo fosse um roubo em vez de ser o uso da lei como ela é. Determinada pelas entidades que têm competência para a determinar. De acordo com a lei esta declaração é possível. De acordo com a visão que nós temos da atividade económica esta decisão é favorável ao município. Não vejo porque é que a gente não há-de aprovar pura e simplesmente.”

(Entretanto entrou na sala o vogal sucedâneo Ernesto Carlos Rodrigues Barros).

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[010](#)

“Rita Batista, eu pedi ajuda aqui à memória para usar a declaração do Prof. Henrique Diz, para lhe responder. As vezes que nós recorremos às exceções que os próprios Planos preveem são ínfimas. Sinceramente, eu não tenho estatística, mas podemos-la fazer mas a nossa Câmara, neste ano que já está num ano com muito volume de trabalho, faz cerca de quatro mil quatro mil e quinhentos licenciamentos de coisas pequeninas e de coisas grandes.

Quantos desses usam as exceções que a própria lei prevê? Não sei se são cinco por ano. Os mecanismos são correctos, há as regras base, as regras gerais que são sempre cumpridas e depois há situações porque quem fez o Plano não pôde prever tudo, é impossível, o ser humano tem uma capacidade que não é infinita, nós não conseguimos prever tudo o que vai acontecer amanhã, não está no formato do legislador legislar sobre todas as situações que vão chegar no futuro. Há uma previsão base assente na experiência mas há dinâmicas que trazem coisas novas. Os instrumentos estão preparados para isso mesmo.

Quando nós usamos esses mecanismos que a própria lei nos dá são para situações de excepção que entendemos serem positivas, e a positividade é, de facto, para o interesse privado, com certeza, as empresas privadas são o motor da nossa economia, da nossa vida, do emprego, da riqueza, etc., e o interesse público. A partir do momento em que nós estamos a cuidar bem do território, a facultar investimento privado que gera riqueza e que mantém ou gera emprego isso é bom para o interesse público. Não há aqui nenhuma

injustiça. Se alguma vez alguma destas empresas vender a exploração hortícola ou esta unidade turística, vende-a debaixo dos condicionalismos que ela tem. Se vender a propriedade tem um conjunto de impostos, o imposto municipal sobre as transacções, por exemplo quando há mudança da propriedade.

E a mais-valia que possa acontecer é ela própria tributada naquilo que respeita ao interesse público directo que, pela tributação também se acautela. Mas a manutenção do bem, da exploração, é, em si própria, algo de interesse. Esta exploração hortícola tem muitos anos não é nova. A outra, a Salícola é nova, mas a hortícola não é nova, tem muitos anos.

Apenas o próprio Estado, criou no nosso país mecanismos de licenciamento. Nós temos muitas unidades industriais por esse país fora, no nosso município ainda são algumas, estou a lembrar-me de uma com mais de sessenta anos que não é licenciada — estamos agora a tratar do licenciamento.

Para quê? Para estar tudo na devida ordem porque os mercados compradores, nomeadamente alguns mercados de exportação que interessam muito às nossas empresas são cada vez mais exigentes no licenciamento, no cumprimento de normas ambientais, etc., e isso cria uma pressão que há meia dúzia de anos não existia e há vinte anos ou há sessenta muito menos. São dinâmicas positivas de algo que é positivo. Temos aqui operações que têm esse sentido. Nós achamos que está salvaguardado o interesse público, está bem salvaguardado, também porque as operações privadas são úteis para o interesse público e são úteis para os nossos cidadãos. É este raciocínio tranquilo de quem tem uma gestão assente nas regras e usa as excepções sempre que há situações que o exigem mas sempre num quadro positivo, contributivo para esse desenvolvimento e para essa operação que exige para a nossa vida, para a vida de todos nós. É preciso criar emprego e criar riqueza. Por mais que sejamos colectivistas, comunistas ou nacionalistas, o Estado sozinho não consegue de todo. Todos esses processos que foram tentados tiveram sucesso.

As operações privadas são muito importantes para a nossa vida. Estão aqui duas que são micro, são operações de muito pequena dimensão, não tenho agora de memória os empregos, uma delas garante cinco ou seis a outra garante dez ou doze. Isso é bom? É bom, é muito bom. Tivéssemos nós mais e mais gente para trabalhar porque começamos é a ter algumas operações com grande dificuldade de recrutar recursos humanos. Portanto, achamos que a esse nível qualquer uma destas duas propostas, estamos no ponto um mas aplicam-se também ao ponto dois, não querendo baralhar, obviamente, o nosso trabalho. É isto que está em causa. Isto é positivo e devemos é andar para a frente”.

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Senhor Presidente, fala sempre aqui como as empresas criam riqueza. Parece que os trabalhadores não criam riqueza. E portanto ficou clara quando para o Senhor Presidente está assegurado o interesse privado e a geração de riqueza que é para o privado, isso por si só constitui interesse público municipal. Mas isso não acrescenta em nada, pois se há uma decisão administrativa que muda o valor do solo, o município que não acautela essa mais-valia, ainda mais o município que tem dificuldades económicas, que tem o IMI no máximo (lembro) e que diz não poder ser de outra maneira, esbanja assim uma oportunidade de ir buscar dinheiro para o erário público.

Fica muito difícil de compreender como é que se justifica esta não cativação quando das condições mais vantajosas para quem a consegue é de facto esta alteração

administrativa. Que é alterar o valor de um solo que a troco zero, onde posteriormente o único beneficiado vai ser quem pediu o licenciamento e não quem o deu.

E portanto, do ponto de vista de gestor de uma autarquia, está a ser negligente. São cativações que fazem falta ao município. Até essas próprias cativações podiam servir para justificar o interesse público, mas nem isso.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹²

“Eu queria só dizer duas coisas. Rita Batista, a Câmara de Aveiro já não te o IMI no máximo. Há aí um discurso que tem que ser corrigido. A taxa máxima de IMI permitida em Portugal é de zero vírgula cinco, ainda há municípios que têm a taxa em zero vírgula cinco. O nosso Município optou pela taxa de zero vírgula quarente e cinco. Tem que fazer aí um ajustamento porque se não está a dizer algo que é falso, o que, obviamente, não fica bem a ninguém mentir como acabou de o fazer.

E quanto ao resto... ficamos por aqui. Tínhamos aqui um início de discussão interessantíssimo: um ser humano é um ser público ou um ser privado? Tínhamos aqui uma belíssima discussão.

Acho que isto é tudo muito importante para a nossa vida e, portanto, a minha proposta é que votamos a favor deste reconhecimento.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰¹³ o ponto 1 – Apreciação e votação do reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento de horticultura do processo de obras n.º 490/1995, de José Carlos Marques, Lda, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e dois votos a favor (PSD14+CDS6+PS9+PCP1+IND2), zero abstenções, e um voto contra (BE1).

Seguiu-se as declarações de voto da Vogal:

Vogal Rita Batista (BE):⁰¹⁴

“Senhor Presidente, a declaração de voto do Bloco de Esquerda constituem ambas as intervenções. Obrigada.”

Ponto 2 – Apreciação e votação do reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento de exploração salícola com vertente produtiva, museológica e turística do Processo de Obras n.º 41/2017, de Salinário, Lda.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 19/07/2017, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰¹⁵ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos, que escusou por a mesma já a ter sido feita no ponto anterior.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁶

“Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores deputados, todos os presentes. Sobre este pedido que vamos discutir e votar primeiro

importa relevar a importância daquela área que fazia parte da urbanização do projeto Polis. E portanto importa relevar as especificidades daquela área que agora se alterará. Importa também ressaltar aquilo que é o planeamento de uma cidade e a importância de uma cidade, naquilo que é a importância de políticas públicas para um ordenamento integrado, harmonioso, e que de facto defenda os interesses públicos. O terreno que está em apreço é um terreno que está protegido por ser zona de proteção especial (ZPE), por ser domínio público marítimo, por ser reserva ecológica nacional, por zona inundável, e área non edificante. Portanto isto Carece do parecer da Agencia Portuguesa do Ambiente, do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, CCDR, e ainda infraestruturas de Portugal. Isto para verem a sensibilidade da área em apreço.

Isto percebe-se pela leitura do documento apresentado a rapidez que querem neste processo. O requerimento entra nos serviços da Câmara no dia 14, vai a deliberação da Câmara no dia 17 e no dia 28 já está em Assembleia Municipal.

É de facto um caso de singular rapidez e que destoa por exemplo com o documento do ponto anterior que não teve a mesma “felicidade”.

No dossier apresentado lê-se no enunciado os resultados de diversos pareceres positivos por parte de algumas entidades. Nomeadamente a Agencia Portuguesa do Ambiente e o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas. Ora é curialmente notório, delimita o bom senso, que quando se cita um parecer o mesmo deve ser junto ao processo. Aqui não foi feito.

Da nossa parte consideramos ainda outra situação. Naquela área foi recentemente inaugurado o CMIA. Nós consideramos atendo áquilo que são os objetivos do CMIA que existe uma repetição de interesses. Importa saber em que medida os mesmos se vão agilizando e se não há de facto uma sobreposição de interesses desnecessária no município – o que desvaloriza o interesse municipal invocado para aprovar.

Consideramos ainda que esta obra não corresponde de facto aos interesses que diz defender. E consideramos mesmo que tem ali aspetos negativos para aquilo que é o desenvolvimento do concelho.

Nós da nossa parte que os instrumentos atualmente em vigor de planeamento devem ser respeitados, independentemente de haver divergência aqui e ali. Mas existe uma matriz de planeamento aprovada que deve ser respeitada. O município de Aveiro não pode ter um planeamento casuístico feito não pelo interesse público, coerente, estudado, mas ao sabor de vir um investimento e vai-se fazendo alterações. Isto não é planeamento, Isto não é construir cidade, isto não é acautelar o município.

O PCP considera que a valorização e defesa da Ria e do Salgado, pela valorização daquele território são essências, por exemplo através dos muros da Ria ou através da produção a sério naqueles territórios. Consideramos ainda que o turismo é neste momento um elemento muito importante em Aveiro, que pode e deve ser valorizado, que deve ser integrado no dia-a-dia da Ria de Aveiro, de uma forma harmoniosa e coerente.

Consideramos que o turismo tem elementos estruturais mas também tem elementos conjunturais. E o município de Aveiro não pode de futuro ficar refém de uma construção em que tudo é feito em função do turismo, mas não acautela mudanças desta área e destas atividades que independentemente da realidade presente, não acautela o ambiente. A natureza do município de Aveiro tem de ser preservados e devem prevalecer sobre quaisquer outros interesses. Tenho dito.”

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁷

“Senhor Presidente, tudo o que o Bloco de Esquerda disse para o ponto anterior é igualmente válido para este ponto. Acrescentamos contudo que neste processo da

Salinária, existir nitidamente um conflitar de interesses entre o público e o privado e um conflitar de uso.

Fica dúbio qual é a estratégia do município para a Ria de Aveiro. Se por um lado a Ria é um ex-libris ambiental e mostra como imagem estruturas como o eco-turismo, quando há fundos públicos para se criar um centro municipal de interpretação ambiental, ao mesmo tempo temos o município a querer licenciar atividades que vão contra as regras que vão desproteger os ecossistemas. Que vão inclusive desproteger as atividades económicas que se regem pelas mesmas regras que agora a Câmara pede que seja uma exceção para este empreendimento.

Fica a questão. Qual é a estratégia afinal da Câmara de Aveiro para a Ria e para a sua utilização.

Outra questão é esta rapidez do processo! Levanta dúvidas de como é que foi estudado este licenciamento. Rapidez de processo que leva à falta de pareceres de várias entidades e à falta de apresentação de alguma documentação. E a pergunta que o Bloco quer deixar é saber qual é a necessidade de decidir rápido? Porquê esta decisão com esta rapidez? Porquê esta pressa antes das eleições? Gostávamos de ver respondida essa questão.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰¹⁸

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁹

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁰²⁰

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²¹

“Senhor Presidente, Senhores deputados. Eu penso que aquilo que a Dr.ª Ana Maria acabou de informar é importantíssimo para a análise da situação que se nos apresenta. O Sal faz parte da entidade de Aveiro. E se alguns dos senhores deputados aqui presentes tivessem a minha idade certamente se recordavam bem dos montes de sal que havia pela Ria fora. Que constituíam uma atividade económica muito importante para a cidade, que neste momento não tão importante desse ponto de vista. Mas que constituía uma mais valia muito importante na paisagem no momento em que o Turismo está a ter o impacto que está. Eu penso que nós não podemos deixar de preservar a entidade com base em observações muito restritivas daquilo que são os desenvolvimentos das cidades e da sua envolvente.

O segundo é o seguinte: o documento que nos é apresentado afirma que (ponto 32) “o processo de licenciamento mereceu já parecer favorável da agência portuguesa do ambiente e do instituto de conservação de floresta”. Eu não tenciono ser mais papista que o papa e tenho de qualquer destas organizações uma visão de que eles são muito conservadores e portanto se deram parecer favorável garante que não haverá aqui impacto negativo para o ambiente aqui à volta. Portanto aguarda parecer apenas da CCRC.

Terceira e última consideração. Às vezes quando discutimos estas coisas é saber se os privados vão ou não ganhar dinheiro!? Eu devo dizer-vos que não me meto em nada que não seja para ganhar dinheiro a não ser as ações de solidariedade que pratico. Por exemplo, estando aqui, que é serviço público pois não ganho dinheiro nenhum, nem a senha de presença ganho. E no resto, se tenho uma atividade profissional é para ganhar dinheiro. Dou aulas e espero ser pago no final. Se criasse uma empresa (que não crio) esperaria ter proveitos no final. É para isso que se criam as empresas. As pessoas não arriscam o seu dinheiro para depois não obterem dinheiro. Eu penso que isso é uma parte normal da atividade humana. Desde os tempos imemoriais sempre fizemos estas coisas. E não me parece que vá mudar nos próximos anos. Nos sítios onde se tentou

mudar essa faceta foi pior ainda porque quem ficou a ganhar dinheiro eram a “nomenclaturas” que o ganhavam. Portanto não me parece que essa faceta vá de facto mudar particularmente depois da experiencia de 1917 até há pouco tempo.

Ouçam, não vejo por que motivo é que nós devemos ser contra porque alguém vai ganhar dinheiro com isso! É bom para a Cidade? É ou não é? É bom para Cidade. Respeita as tradições da Cidade? Respeita as tradições da Cidade. Portanto não percebo porque é que não se pode permitir que as pessoas ganhem dinheiro com isso.

O último tópico que eu queria aqui trazer é o das insinuações que são aqui constantes acerca dos processos de decisão de quem está no poder.

Neste caso quem está no poder é a coligação que eu também em parte aqui represento e, portanto, como está no poder tem de tomar decisões e quando toma decisões as insinuações são constantes. Ou é porque decidiu e sabe-se lá porque é que decidiu. Ou é porque decidiu devagar e isso é de propósito porque se calhar isso permitiu fazer não sei o quê. Ou é porque não decidiu e sabe-se lá porque é que não decidiu. Ou é porque decidiu de pressa e se calhar porque é que terá sido tão depressa. Tem sempre que haver alguma “coisa” aqui. Chamem a Policia Judiciária meus senhores. O Ministério Publico. Em vez de virem aqui fazer insinuações têm o instrumento à vossa disposição que é o Ministério Público – até vos dou a direção se quiserem. Está bem? Até é perto aqui da Assembleia. Vão lá dizer “a gente desconfia” que o processo foi tão rápido que a gente desconfia que há ali marosca! Em vez de virem aqui fazer as insinuações permanentes que são sempre muito desagradáveis. Devo dizer-lhes que estamos quase no final deste mandato e sempre pautei a minha atuação aqui com respeito pelos outros. Por muito viva que seja a discussão. Portanto a mim custa-me um bocadinho que estejam permanentemente com esta falta de respeito. Custa-me. Talvez a gente devesse mudar um pouco a forma como se faz política. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[022](#)

“A primeira nota que gostava de dizer é que o que está aqui em causa é uma exploração salícola, uma exploração de sal, com três vertentes: produtiva, museológica e turística. A base é a vertente produtiva, não tem discussão, estamos todos de acordo. Tradição, valores ambientais. É evidente, Dra. Ana Seíça Neves, que quando o marnoto andar lá a fazer as manobras a probabilidade de um flamingo aterrar no sítio onde ele anda com a pá é muito baixa. Mas também lhe devo dizer que temos registo que o nível de atrevimento do flamingo está a crescer. Portanto, a malta flaminga está a dar-se cada vez melhor com a presença humana. Nós sempre nos divertimos, agora menos, com aquele nó da auto-estrada, em Angeja, polvilhado de ninhos de cegonha por tudo quanto era canto porque elas sentiam-se ali bem. Qualquer um de nós acharia que um sítio tão movimentado como aquele não seria compatível com os interesses da cegonha. Mas sabe-se lá... havia um grupo delas que era ali que queriam viver. Foi preciso o homem fazer um conjunto de selvajarias na óptica da cegonha – agora estou aqui a pensar pela cegonha – para que elas fossem proibidas, por um conjunto de truques, de fazerem o ninho no seu sítio preferido que era nos pórticos, exactamente no meio da auto-estrada. Mas é a dialética entre o homem e a cegonha, como nas marinhas do sal será a dialética entre o homem e o flamingo e pilrito e todo um conjunto de passarada que nós temos cá, felizmente.

Mas esta é a questão base e aqui há valores patrimoniais, históricos, naturais. O que é que se quer colocar aqui em cima? Quer-se colocar a componente museológica. Há aqui uma componente por força também da perda imensa do sal como elemento produtivo. Eu lembro-me perfeitamente daquela paisagem cheia de montinhos de sal. Completamente

cheia. Tenho cinquenta anos e lembro-me muito bem. Não é uma coisa de há cem anos. A verdade é que o homem mudou a vida e acabou. Hoje temos aqui um negócio novo que é a soma da vertente museológica que tem agregada outra vertente que é a vertente turística ajuda-nos a conservar a componente produtiva. Isto é bom. Como é que se faz agora o exercício? Para que a vertente museológica e produtiva estejam lá bem como é que ela se compatibiliza com a outra vertente produtiva clássica? Por exemplo, temos que ter um espaço de acolhimento; temos que ter um sanitário porque ninguém vai aceitar que os nossos turistas desenvolvam a sua actividade de necessidades biológicas como faziam os marnotos há muitos anos, à moda antiga, temos que criar condições para ter uma bateria sanitária. Portanto, quando nós colocamos em cima do sistema produtivo tradicional a exploração museológica e turística temos que, da forma mais equilibrada possível, com os valores naturais colocar esses elementos absolutamente fundamentais para que essas componentes possam ser trabalhadas, e compatibilizando o melhor possível com os tais valores naturais. Isso está feito, o parecer da APA, o parecer do ICNF, dizem com clareza meridiana. Aquilo que ainda falta do parecer da CCDR, que é o que falta, que é a entidade gestora da condicionante REN, são coisas ridículas, ridículas naquilo que é a coisa que está em causa. Os materiais de revestimento da bateria sanitária, a tipologia de material para usar no guarda-vento e uma terceira que agora me esquece; são três questões. É isto que ainda está a ser trabalhado pela Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Centro na componente REN. Depois temos que dizer «como é que nós gerimos isto?». Isto é passível de nós usarmos a excepção ou não é? Resposta clara: é.

Dr. Jorge Nascimento, eu acho que há uma infelicidade na lei. Por exemplo, nós tivemos aqui, há pouco tempo, a gestão da excepção do Hospital Privado ao abrigo do nosso PUCA. O nosso PUCA chama uma coisa que eu acho que é mais sensata em termos de terminologia que é o 'reconhecimento do interesse económico e social'. Aqui é do 'interesse público'. O enquadramento legal aqui é diferente mas a minha opinião é que eles querem dizer exactamente a mesma coisa. Depois lá vamos àquela discussão «o que é o interesse público?». O interesse público pode ser tudo; a felicidade individual tem interesse público. Uma pessoa que é feliz seguramente tem um comportamento cívico positivo e uma pessoa que é infeliz anda aí a partir com tudo e confere dano ao bem público e ao interesse público. Fica aí essa fronteira difícil. Aqui, objectivamente, o conceito é o conceito de coisa positiva, de coisa que interessa a todos. Além do interesse privado, obviamente porque está aqui em causa uma empresa, duas empresas, esta coisa privada também tem um interesse público, interessa à comunidade. É isso que está aqui em causa. O Sr. Dr. disse que era a favor e percebe-se porquê. Eu posso justificar o interesse da exploração hortícola por causa da produção dos alimentos, comer vegetais é muito importante para a saúde, empregam lá não sei quantas pessoas, e, pronto, está justificado. Nesta da exploração salícola, está explicado pela conservação de uma tradição importante, por uma marca identitária, a utilização dessa marca identitária dessa tradição para promoção turística. É fácil justificar isto, é fácil demais, vocês nem precisam de me ouvir porque todos têm facilmente presente a justificação objectiva da coisa ou das duas coisas. Isto parece-me claro.

Depois vem a rapidez. Eu gosto de ser criticado quando sou gestor de uma autarquia lenta porque isso puxa por nós e temos que ser mais rápidos. Já tenho dificuldade em aceitar críticas por sermos rápidos. E depois o que é a rapidez? Este processo anda nas nossas mãos há mais de um ano. Este do ponto dois. Quando surgiu a exposição é um acto formal que culmina não sei quantas reuniões e telefonemas e emails e conversas entre responsáveis da empresa e nós, entre equipas técnicas, nós com a APA, a APA com o ICNF, culmina horas e horas de reuniões com trocas de perspectivas, etc. Ninguém

pense que o requerimento que entrou, que depois foi à Câmara, entrou com alguma surpresa e que nunca ninguém tinha pensado nisto. E que depois foram aos nossos técnicos para colocar ali um parecer, como se fossem acéfalos, para vir rapidamente aqui à Assembleia. Alguém acredita nisto? Eu espero que ninguém acredite nisto. Eventualmente a Rita Batista acreditará. Este é um processo que nasceu há mais de um ano e que tem muito trabalho de muita gente. Quando surge esta exposição não contou nada de novo que nós não soubéssemos e conhecêssemos e estivéssemos a trabalhar. Apenas a entidade nos aparece formalmente com um processo onde está envolvida para acabar a resolução de um problema que tem em mãos. Agora, novidade naquele texto? Zero. Nem eu, Presidente da Câmara, porque o processo foi gerido por mim, nem a Vereadora Rosário Carvalho que tem o pelouro, nem a nossa chefe de divisão, nem um conjunto de técnicos que estão envolvidos nisto. Procuramos ser sempre rápidos, com a qualidade acima da velocidade. O caso do ponto um não precisava de vir agora porque o procedimento de licenciamento em sede de reserva agrícola é mais fácil. Ele só precisava de entregar à entidade licenciadora um documento comprovativo que o processo está a tramitar na Câmara. Nós estávamos a apontar fazer isso na Sessão Ordinária de Setembro. Quando surgiu esta questão e esta segunda empresa com mais pressa decidimos juntar as duas e arrumamos já as duas, na Sessão Ordinária de Setembro estamos muito interessados em que a Assembleia não demore muitas horas e muitos dias, juntámos e pedimos ao Presidente para agendar esta sessão extraordinária. Agora, reservas mentais eu divirto-me sempre muito com elas. Estamos aqui de peito aberto, a seriedade dos nossos actos é absoluta e total, não estamos aqui para ficar ricos, ganhamos o nosso ordenado, e mais nada. Estamos aqui para governar bem, nestes dois processos e em todos os milhares de processos que nos passam. É a nossa maneira de ser e de estar, minha e dos Vereadores que comigo governam a nossa Câmara Municipal. É assim que nós vivemos. Há outros que vivem de outra maneira? Viva a liberdade, quando um vive como quer. Esta é a nossa maneira. Às vezes conseguimos ser rápidos, outras vezes não conseguimos deixar de ser lentos porque o processo é mais complicado, porque nos enganámos na análise, porque o processo ficou perdido não sei onde, acontece às vezes. Nunca o rápido é porque estamos feitos com alguém ou o lento é porque queremos prejudicar alguém. Isso não existe no firmamento dos nossos valores de gestores públicos, nem no meu, nem no conjunto de Vereadores que comigo governam a nossa Câmara Municipal.

Rita Batista, a nossa estratégia para a Ria é uma estratégia de gestão múltipla das suas funções. A base é esta boa relação entre os valores naturais e a presença do homem. Só essa boa relação é que permitiu que nós recebéssemos a Ria e pudéssemos projectá-la para o futuro. Se o homem não tivesse investido, na década de oitenta, cento e cinquenta milhões de euros na despoluição ela existiria mas faço ideia o que é que seria a Ria hoje: um pântano vergonhoso. Tanto investimento que foi feito além desse, que foi feito por empresas privadas, por cidadãos, para que a descarga do esgoto em vez de ir para a vala mais próxima e para a Ria fosse para uma conduta que a recolhe, para uma estação de tratamento que a trata. Portanto, nós queremos isto, esta relação entre os valores naturais, com os melhores cuidados possíveis. Somos sítio pela directiva AVES, a base da nossa riqueza natural é a directiva AVES, além de outros valores naturais a nossa classificação de sítio é na directiva AVES mas há outros valores que nós procuramos conservar e cuidar mas com o homem. Nós queremos o homem na Ria e, por isso, a pesca, a exploração turística, a urbanidade devidamente gerida e compatibilizada, é bom. Por exemplo, somos a favor ou contra do passadiço que já está em construção e que vai ligar o cais da Ribeira de Esgueira à margem sul do Rio Novo do Príncipe? A maior parte dos nossos cidadãos terá dificuldade em responder a esta pergunta porque

não conhece a zona. A esmagadora maioria dos nossos cidadãos, nem sequer vou fazer inquéritos aqui, não conhece. Mas é discutível. Eu, por exemplo, que tenho reunido com alguns dos quatro habitantes que têm a sua casa viradinha para aquela monumental riqueza de paisagem e agora lhes vai passar um passadiço à frente e a paisagem que era só de alguns passa a ser de todos ou uma zona de actos marginais de grande gravidade que se praticou durante muitos em tráfico de várias coisas más para a saúde possa agora ter escrutínio público porque vai ter possibilidade de ter usufruto público livremente por todos os cidadãos, à hora que quiserem. Isto é mau ou isto é bom? Eu julgo que a maior parte das pessoas acham que isto é bom. Nós vamos permitir que o homem, de forma equilibrada com os valores que lá estão da natureza possa fruir desses valores da natureza. É evidente que ao fundo daquela paisagem, além daquela magnificidade dos juncais e dos passarinhos, também se vêem os silos do Porto de Aveiro, na Gafanha da Nazaré ou as construções lá mais no fundo do aglomerado urbano da Torreia ou o viaduto do comboio que faz a ligação da linha do Norte, em Cacia/Esgueira, até à Gafanha da Nazaré. Isso é bom ou é mau? Fica ao critério de cada um, também. Eu pertença ao grupo dos que acham que isso é bom mas pode haver gente que acha que isso é mau e que deviam ser só aqueles bons quatro cidadãos que têm lá as suas casas a fruir de tudo aquilo e que nós vamos matar para aí umas sete minhocas porque quando fixarmos os pilares onde assentam os passadiços somos capazes de acertar em sete minhocas das setenta milhões de minhocas que existem no corredor e é pena matarmos sete minhocas. O ideal não existe mesmo. Nós achamos que esta nossa estratégia de exploração positiva da Ria com primazia para os valores naturais porque são fundamentais para que as actividades humanas tenham qualidade de excelência é a nossa estratégia quês e vem desenvolvendo depois de termos cumprido funções mais básicas, como a função cumprida há mais de duzentos anos de fixar a barra para acabar com problemas gravíssimos que tínhamos na Ria ou a mais recente de despoluirmos a Ria construindo todo o sistema, na altura começou pela AMRia, depois pela SimRia e agora pelas Águas do Centro Litoral, parta nós cuidarmos bem do efluente que a condição humana obriga a produzir e que nós não queremos entregar de qualquer maneira a um estuário ou a um oceano como o nosso. Gastámos uma fortuna a investir todos os dias para que esse efluente quando regressa ao meio natural a três mil e trezentos metros da costa de S. Jacinto regresse com um padrão de qualidade compatível com os valores ambientais que o meio receptor tem. Esta é a nossa estratégia que achamos positiva e que vamos continuar a desenvolver.

Duas notas complementares. Nós já adjudicámos um investimento de cerca de cinquenta mil euros na Marinha da Troncalhada. E porquê? Porque é uma marinha com vertente produtiva e com exploração museológica agregadas à produção turística. Está lá, está bem, mas se olharem bem e forem lá fazer uma visitinha, temos lá um conjunto de problemas. E não são problemas na vertente produtiva. Aí não temos problema nenhum; ainda por cima temos um marnoto e a sua equipa de excelência. Onde temos os problemas é exactamente na componente museológica e nos elementos que permitem a compatibilização do uso humano na exploração turística com a vertente produtiva. Precisamos de investir cinquenta mil euros que já estão adjudicados e a obra começará no próximo mês de Outubro para compatibilizar isto. Pergunta-me a Dra. Ana Maria Seiça Neves pela estrada. Ninguém vai tapar buracos à estrada porque, por força das funções que esta área da cidade cumpre entre a Marinha da Troncalhada e o CMIA, por força das condições climáticas e da subida do nível das águas do mar, nós não podemos ter ali uma estrada, nós temos que construir ali um dique que também tenha funções de estrada. É uma obra que tem uma estimativa de custo de dois milhões de euros e vamos avançar imediatamente para o projecto. Estamos na luta porque entendemos que não

deve ser só o Orçamento Municipal a pagar. Queremos recorrer ao Fundo Ambiental, essa peça de artilharia que veio substituir o Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos, e neste intervalo entre o fim do Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos e o início do Fundo Ambiental o Governo tem uma coisa porreira: não há dinheiro para ninguém. E nós vamos continuar a lutar porque achamos que o Fundo Ambiental nos deve ajudar a fazer esta obra agora que erradamente os Fundos Comunitários do Portugal2020 não têm esta tipologia como elegível, porque esta obra é fundamental. E é fundamental, antes de ser para andarmos lá de carro ou bicicleta, para protegermos os valores naturais daquela área que lá está, a capacidade de atermos lá, de a explorarmos em termos museológicos e em termos turísticos. Ela é fundamental porque se não, com o andamento das alterações climáticas, e não é preciso esperar muito tempo, com a degradação, não do piso, não é preciso olhar para o piso, basta passar lá com a maré vazia, e vejam o estado em que está o ex-enrocamento porque aquilo já não tem enrocamento, tem umas pedras. A peça cara daquela obra é exactamente o enrocamento que tem que ter uma profundidade média de doze metros porque temos ali uma coisa boa que para enrocar custa muito dinheiro e que é um canal profundo que tem, obviamente, que continuar a existir, queremos que ele exista, mas que exige que nós para segurarmos a estrada-dique nós tenhamos que ter um enrocamento profundo que faça cama na cota de assentamento do canal para que ele fique seguro por longos e felizes anos que estas obras são feitas para durarem muitas dezenas de anos. É aqui que nós estamos empenhadíssimos em fazer este trabalho. Mas isto é prioritário ou não é? Não é. E porquê? Porque nós temos a eclusa do Canal do Paraíso rota, já bloqueou em definitivo, não sei se já passearam por lá e viram que a eclusa definitivamente bloqueou e acabou. Já não há função de eclusa porque tivemos uma infelicidade porque se ela tivesse bloqueado fechada, menos mal; a eclusa decidiu bloquear semi-aberta. Portanto, não cumpre a sua missão e não sei se já atentaram que o nosso canal quando está cheio está um bocado mais cheio que o normal e a malta pensa que os nossos funcionários andam distraídos e que deixaram entrar água demais com a maré cheia. Não... é porque a quantidade de água que se perde pela eclusa semi-aberta do Canal do Paraíso obriga a que haja um enchimento suplementar para garantir a navegabilidade em todo o período de aguentar a água para que a navegabilidade se faça dentro a eclusa. Já despachei o concurso público para a nova eclusa do Canal do Paraíso porque não há emenda possível; custa só duzentos e cinquenta mil euros. Abri por despacho meu precisamente para não esperar pela reunião de Câmara que é só dia nove de agosto. No dia nove de agosto vamos lançar concurso público, aí o meu despacho já não chega, para tratarmos da grande eclusa porque se olharem bem para a grande eclusa, nomeadamente quando a maré está baixa. Normalmente pode-se ver esse espectáculo entre as três da manhã e as seis da manhã, veem que nós já temos problemas muito delicados na grande eclusa. O concurso que a Câmara vai lançar no dia nove de agosto a estimativa orçamental são só seiscentos mil euros. O que é que é mais importante tratar? É a estrada-dique? Podemos ir a todas? Não podemos, temos que fasear. Prioridade absoluta: um, Ponte de S. João, estamos à espera do Visto e é minha convicção que há-de chegar nos próximos dias; dois, eclusas, a do Canal do Paraíso com prioridade máxima, a eclusa principal segunda prioridade; terceira, as paredes do Canal dos Boteirões que estão num estado que também podem ver, à noite quando a maré estiver baixa porque quando a água está em cima não se vê; quarta prioridade a estrada-dique da Marinha da Troncalhada ao CMIA. Mas neste quadro é a quarta prioridade porque nós, primeiro, com a Ponte de S. João, com as duas eclusas e com o Canal dos Boteirões vamos gastar um milhão e meio de euros. Só a Ponte de S. João tem um investimento com Fundos Comunitários mas todo o resto fazemos com a nossa receita de tributação. A seguir a estrada-dique da Marinha da

Troncalhada ao CMIA porque estão aqui as nossas principais prioridades da nossa relação da área urbana com a nossa Ria, com quem temos e queremos continuar a ter as melhores relações do mundo, como é evidente. Mas ela obriga-nos a gastar um dinheirinho que não é pouco mas é, para nós, um bom investimento. E daqui a pouco, daqui a dois anos, já começámos a conversar com os nossos operadores, vamos ter uma operação delicada, vamos ter que parar, escolheremos, seguramente, os meses de mais baixa actividade, porque vai ser preciso fazer uma operação de limpeza dos fundos dos canais urbanos da nossa cidade. Como é normal os fundos vão assentado material sólido, não sei se têm visto na maré baixa que cada vez mais a quantidade de água que fica é menor. Porquê? Porque como é normal nós paramos a água durante muitas horas e a matéria sólida trazida pelas marés ou pelas linhas de água que afluem vai assentando. Estamos a entrar naquela fase em que é preciso fazermos contas à vida, uma matéria que está a ser planeada com muito tempo e feita com longo aviso porque é preciso, um dia destes, fazer limpeza aos fundos dos nossos canais urbanos, como já foi feito no passado e como o futuro há-de voltar a obrigar a fazer.

Peço desculpa de ter sido mais longo mas achei importante deixar esta perspectiva global sobre todas estas matérias no quadro daquilo que disseram, sabendo todo o nosso interesse nesta conjugação do interesse público, do interesse privado, de uma terra que é dinâmica e positiva porque tem empresas. Além do mais, as nossas empresas já perceberam tanta coisa ao longo da história, o interesse da Ria, do mar, da pesca, da cerâmica, também estão nesta fase mais recente a perceber o interesse da exploração turística e de vermos bem que uma das formas de darmos ao futuro actividades económicas tradicionais como o sal é pela actividade turística. Neste momento temos mais um grande projecto em licenciamento, com muitos problemas porque aquele desgraçado, deixem-me usar esta palavra desagradável, do Plano de Pormenor do Polis ainda está em vigor e não nos permite licenciar esse projecto que entrou. Tem já várias reuniões de trabalho com o investidor e estamos a fazer um acerto para que o Plano do Polis que ainda existe possa não perturbar. Não seis e se lembram o que era o Plano do Polis, o que era não, o que é, com construção por tudo quanto é lado, incluindo em áreas alagáveis nomeadamente na parte respeitante ao Lago do Paraíso."

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²³

“Senhor Presidente as suas respostas vêm dar razão ao bloco de esquerda. Há um conflitar de interesses (disse-o aqui), veio tão rápido este assunto a esta Assembleia Extraordinária, por imposição do privado. Ou seja, temos uma Câmara que é refém de uma agenda empresarial. Sendo que diz que é um processo que dura há um ano, eu gostava de lhe perguntar onde é que isso está refletido na documentação apresentada a esta Assembleia. Um ano de trabalho que se resume a uma proposta de quem requer o licenciamento não reflete um ano de trabalho. Não reflete um ano de pareceres com entidades que tenham uma palavra a dizer sobre o assunto.

E se há esses pareceres da APA onde é que eles estão? Por que não foram facultados a esta Assembleia? E é importante sempre lembrar que como órgão deliberativo os processos devem se transparentes e toda a informação deve ser apresentada aqui. Quando não é obviamente levanta todas as suposições.

Em segundo lugar deu razão ao Bloco de Esquerda porque de facto há um conflitar de usos. Se na Ria de Aveiro sempre houve (e é verdade) atividade humana, também é verdade que essa atividade humana está hoje regulada por mecanismos de ordenamento territorial. O que o Senhor Presidente vem aqui dizer é que protege as atividades

económicas que até aqui se regeram por mecanismos de ordenamento territorial e que agora abre uma exceção. Perguntamos a troco de quê e como ficou o interesse público por responder.

Em terceiro lugar o senhor deputado Henrique Diz disse que fazer negócios e lucrar com os negócios é legítimo – e tem razão. Sim, é legítimo. Mas chamar a isso interesse público municipal, isso não é legítimo.”

Presidente da Mesa⁰²⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁵

“A Rita Batista leva muitas vezes as conversas para um plano que depois tem que ficar a falar sozinha, Rita. Esse é o seu mundo, o mundo da insinuação, o mundo da mentira. Veja lá que até me pôs a mim a dar razão ao Bloco de Esquerda!? Fique lá no seu mundo, sozinha como está, nessa marginalidade absurda, onde os nossos cidadãos não estão que eu vou continuar a ficar no mundo onde os nossos cidadãos vivem. É a vida.”

Membros da Assembleia

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁶

“Eu só queria esclarecer a Senhora Deputada de que o interesse privado e interesse público, não estão necessariamente em conflito. A Senhora deputada é que pensa, conjuntamente com alguns dos seus camaradas, só para determinados assuntos para outros não (porque quando chegam à sua vida privada não pensam dessa maneira), que o interesse público só é defendido por organismos públicos, dos quais os vossos correligionários tomam conta do assunto. Expliquei à bocadinha que, desde 1917, o interesse público foi defendido não em nome do público, mas do “aparatchik” — que é aquilo que o Bloco de Esquerda está a tentar fazer outra vez. Como aliás se vê por algumas nomeações feitas por este Governo.

Portanto Senhora Deputada, sejamos claros. O interesse público pode ser defendido às vezes melhor até pelos privados que pelos públicos. Está bem.

Agora se a Senhora Deputada entende que não! Ouça, como dizia o Senhor Presidente da Câmara, fique para ai nesse cantinho, fica muito bem acompanhada.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰²⁷ o ponto 2 – Apreciação e votação do reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento de exploração salícola com vertente produtiva, museológica e turística do processo de obras nº 41/2017, de Salinário, Lda, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor (PSD14+CDS6+PS9++IND2), zero abstenções, e dois votos contra (BE1+PCP1).

Seguiu-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰²⁸

“Gostaria de em nome do PCP deixar como declarações de voto a intervenção que o PCP preferiu na primeira volta deste ponto. Mas gostaria de acrescentar a seguinte preocupação do PCP tendo em conta aquilo que foi aqui reportado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro a propósito da situação dos muros da Ria.

O PCP relevou várias vezes nesta Assembleia Municipal ao longo deste mandato, a necessidade de haver uma preocupação e fiscalização de “comportamentos” que há dentro da Ria de Aveiro, sob pena do negócio realizado de concessão dos 10 cais de atracação, que valeu à Câmara Municipal 1.2 milhões de euros, esse negócio poderia não ter o lucro previsível se não houvesse respeito por aquilo que é feito.

Nós colocámos essa preocupação e continuamos a mantê-la porque, existem atividades que objetivamente conflituam se não forem regradas e fiscalizadas, e a manutenção dos muros bem como das eclusas – como aliás se vê. Tenho dito. ”

Vogal Rita Batista (BE):⁰²⁹

“A declaração de voto do Bloco de Esquerda serão as suas intervenções. Acrescentando que na essência não foi explicado aqui o “interesse público municipal” deste licenciamento. Porque tal como referiu o Bloco de Esquerda, a atividade humana na Ria sempre existiu e está regulada dentro dos mecanismos de ordenamento territorial, que é compatível com observação de aves (por exemplo), que é compatível com a vertente ambiental da Ria. E quando se pretende uma exceção a estes mecanismos de ordenamento é estar a desproteger essas mesmas regras de atividades e esses mesmos ecossistemas.

E frisar novamente que sendo isto um procedimento administrativo e tendo um executivo que decide não fazer a cativação de mais-valias para o erário público, constitui um erro, constitui negligência.

Temos aqui um Presidente que diz não há dinheiro para tudo. Que tem tudo que ser feito de acordo com um calendário porque há restrições orçamentais e depois passar de alto uma cativação de mais-valias por um investimento turístico, fica ainda bastante por explicar. Disse.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD):⁰³⁰

“Para dizer Senhor Presidente que as duas últimas declarações de voto não são declarações de voto.

Portanto foi utilizada a figura regimental da declarações de voto para fazer intervenções. E isso não me parece que esteja de acordo com o Regimento. Lamento muito que isto seja feito desta maneira. Obrigado.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta segunda sessão extraordinária em Julho, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão,⁰³¹ não se verificando pedidos de intervenção.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada a Segunda Sessão Extraordinária em Julho.

Eram 22:00 horas do dia 28 de Julho de 2017.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(01:30)